

O BIBLIOTECÁRIO COMO MEDIADOR DA INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

THE LIBRARIAN AS THE MEDIATOR OF THE INFORMATION, KNOWLEDGE, AND USE OF THE TECHNOLOGY OF INFORMATION IN THE UNIVERSITY LIBRARY

HELENA SOTERIO BEJIO¹
ANA MARIA VALOTO²

RESUMO: O artigo tem como objetivo mostrar o ambiente de uma biblioteca no contexto da Universidade, a atuação do bibliotecário e de sua equipe. Não é só de livros, revistas e multimeios que se forma o ambiente da biblioteca. Nela interagem as pessoas, sejam elas a comunidade acadêmica ou a própria equipe que tem de estar trabalhando harmonicamente para cumprir com a missão da biblioteca e com os objetivos da instituição. Utilizou-se de textos bibliográficos impressos e online relacionados à biblioteca, a tecnologia da informação, aos recursos humanos e sobre ensino superior público e privado para embasar o tema proposto no contexto das instituições de ensino superior. Conclui-se que a tecnologia veio facilitar as tarefas desenvolvidas no cotidiano das bibliotecas, diminuindo o tempo e a distância para a recuperação da informação. As ferramentas facilitam o desempenho das tarefas rotineiras, é um elemento muito importante na instituição, pode-se até dizer que é imprescindível, mas, o capital humano com o seu conhecimento e competência é o que faz a empresa ou instituição engrenar, produzir e prosperar.

Palavras-chave: Biblioteca, Bibliotecário, Informação, Ensino público e privado.

ABSTRACT: This paper aims at showing the library environment in the context of the University, pointing the role of the librarian and his/her staff as a factor of great importance, since it is not only of books, magazines and multimedia that the library environment is constructed. People interact in a library, whether the academic community or the team itself should be working harmoniously to fulfill the mission of the library, and the objectives of that institution. We attempted to use printed and online bibliographic texts related to the library, the information technology, the human resources, and also to the private and public academic education in order to contribute to the context of the Brazilian Higher Education. We concluded that the technology can benefit the tasks developed in the libraries, reducing the time and the distance for the information retrieval, and the professionals of the information could competently perform their duties. The technology with the tools that favour the performance of routine tasks is a very important, and even essential, element in the institution, but the human capital with its knowledge and expertise is what really makes an institution to engage, produce and prosper.

Key words: Library. Librarian. Information. Public and Private Teaching.

Sumário: Introdução - 1 A universidade - 2 A biblioteca universitária - 3 Tecnologia da informação e a competência dos bibliotecários - 4 Da aprendizagem em bibliotecas - 5 Gestão de pessoas em bibliotecas - 6 Conclusão - Referências

¹ MBA Póx-Flex, FALURB.Faculdade Luterana Rui Barbosa, Marechal Cândido Rondon, Paraná, E-mail: helena.bejio@unioeste.br

² Professora da Faculdade Luterana Rui Barbosa. FALURB, E-mail:ana.valoto@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é levantar uma discussão acerca do ambiente da biblioteca universitária pública ou privada, em relação a requisitos essenciais para o seu funcionamento e para atingir os objetivos propostos. Como elemento integrante desse universo que é a educação considera-se importante pincelar esse campo da educação especificamente o ensino público e o privado.

Considera-se que é de conhecimento de todos da área de biblioteconomia e ciência da informação, que devido aos recursos tecnológicos, as mudanças ocorrem continuamente. Neste contexto, esse profissional deve ser competente e estar habilitado para exercer a sua função e preparar a sua equipe para as mudanças constantes.

Optou-se pela pesquisa bibliográfica e escolheu-se o que se considerou relevante no universo pesquisado sobre os assuntos abordados, ou seja, procurou-se contemplar as ideias sobre educação, ensino superior público e privado, biblioteca universitária, tecnologia da informação e as competências dos bibliotecários para gestão de serviços ou de pessoas envolvidas nas atividades rotineiras da biblioteca universitária.

O objetivo principal deste artigo é levar a um conhecimento amplo da comunidade acadêmica multidisciplinar, a importância dos serviços bibliotecários e como consequência da valorização do capital humano que nas bibliotecas existem para servir a comunidade acadêmica de uma universidade frente às exigências atuais e futuras no contexto da educação.

1 A UNIVERSIDADE

A universidade como um todo desempenha função social e cultural na formação de profissionais capazes de atuarem na sociedade e na produção e socialização do conhecimento voltadas às necessidades locais ou regionais. Segundo Piori (2010),

A universidade pública, sendo patrimônio da sociedade, deve oferecer respostas concretas à sociedade. Uma dessas formas é através da extensão universitária. Em princípio, a atividade de extensão deve ser fruto da sintonia da universidade com questões de relevância social e cultural.

De acordo com o trabalho desenvolvido por Barreyro (2012, p.29), “a LDB ao permitir a diversificação da organização acadêmica, tornando possível, além do formato de universidade, faculdades integradas, faculdades e instituições ou escolas superiores. A elas é permitido, segundo a legislação, ensinar sem desenvolver pesquisa e extensão”, o que segundo a autora implica em menores custos. favorecendo a expansão da educação superior no setor privado.

Antes de abordarmos com mais detalhes sobre a questão do ensino da universidade pública ou privada consideramos importante ressaltar que estamos falando de educação. Para que todo cidadão consiga chegar a uma universidade depende de muitos fatores e o principal dele envolve a qualidade que é um requisito que deveria existir desde o ensino básico, o que praticamente não existe na maioria das escolas públicas.

É importante considerar que é difícil melhorar a qualidade do ensino na rede pública, visto que sua degradação ocorre há muito tempo. Além disso, nas grandes cidades, a degradação não é apenas pedagógica, ela é também de segurança, na medida em que a violência urbana não poupa as escolas públicas. Existe uma desigualdade no sistema educacional que afeta o acesso ao ensino universitário e sabe-se que os projetos do Ministério da Educação estão voltados para mudar o processo com a reforma do vestibular e que possa permitir que alunos dos grupos desfavorecidos entrem nas universidades públicas não apenas o inverso ou seja, as classes favorecidas. (AKKARI *et al* 2011, p. 490)

Os autores acima citados defendem a tese de indefinição das fronteiras entre os setores público e o privado na educação brasileira. Concorda-se com a dificuldade de melhorar o ensino público, haja vista que depende de um conjunto de fatores que vão além do pedagógico, são principalmente fatores políticos.

Do ponto de vista de Akkari *et al* (2011, p. 490)

Essa indefinição das fronteiras entre os setores de ensino público e privado, responsável em parte pelas desigualdades, passa por cinco mecanismos principais: legislação favorável ao ensino privado, o financiamento público em favor do setor privado, as parcerias público/privado, o fornecimento, ao ensino público, de material pedagógico formatado pelo setor privado, o trânsito de estudantes e professores do público para o privado e vice-versa

Essa é uma questão que não entraremos em detalhes porque não é o foco principal deste trabalho e requer uma análise mais profunda. Aqui foram inseridos porque faz parte de nosso enfoque pincelar informações que referem ao ensino e a educação. E concluem que:

Ficou evidente que a dualidade é um dado histórico desse sistema educacional. Tanto os jesuítas quanto outras instituições religiosas colocaram em prática trajetórias distintas conforme a classe social [...] Várias mudanças legislativas favoreceram o desenvolvimento das instituições privadas de ensino superior, em particular nos anos 90. Estas visaram, especialmente, às famílias das classe média e trabalhadora, cujo prolongamento da escolaridade constitui uma esperança de acesso ao emprego e à ascensão social e essas famílias se esforçam para dar conta das exigências financeiras do mercado da educação. Quanto ao poder público, este parece sobrecarregado e incapaz de desempenhar seu papel de regulador, apesar de alguns esforços no sentido de reduzir as desigualdades educacionais por meio dos programas (ProUni, Reuni, quotas) (AKKARI *et al*, 2011, p.492)

Concorda-se com os autores sobre esta dualidade do sistema educacional e quem realmente sofre são os alunos da classe menos favorecida que ficam em desvantagem na competição de entrar em uma boa universidade pública.

1.1 UNIVERSIDADE PÚBLICA OU PRIVADA

Segundo o estudo de Barreyro (2012, p. 15), “os primórdios da educação superior no Brasil começaram em 1572 com a criação dos cursos de Artes e Teologia no Colégio dos Jesuítas da Bahia”.

A história, descrita conforme a historiografia sobre a reforma do ensino,

Teve início no período colonial com a vinda da Família Real portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808. A partir desta data o ensino superior passou a existir em instituições formais, gratuitos, os quais eram financiados com o “Quinto da Coroa”, imposto cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias. No império, com a vigência de um modelo econômico, voltado à agricultura de exportação, o ensino superior, nessa fase, ocorreu de maneira lenta [...]. FIGUEIREDO, 2012)

O ensino superior, não era considerado como necessário segundo as discussões daquela época.

Considera-se importante abordar esses pontos históricos da educação superior, porque junto com a história da educação e das instituições, as bibliotecas são criadas e administradas para servir a comunidade em que está inserida.

Essa ‘matriz de origem’ do ensino superior (universidade – instituto isolado; poder público – iniciativa privada) mostra duas características importantes do sistema que são relevantes até hoje. Os cursos superiores no Rio de Janeiro foram criados visando suprir as necessidades do Estado, formando

profissionais para a burocracia e também profissionais liberais e desde o século 19, o desenvolvimento do ensino superior esteve ligado a formação profissional. (BARREYRO, 2012, p. 16)

O século XX, foi caracterizado pelos movimentos de reforma da educação superior e a Lei 9.394/1996 - LDB, foi aprovada, a educação superior se moderniza, acelera o processo de formação profissional e introduz a educação à distância. Durante o curso de especialização em Gestão de Pessoas oferecido pela FALURB, foram oferecidas disciplinas na área do direito com subsídios apropriados para situações no direito do trabalho, direito do consumidor bem como ao direito ambiental. Como nosso artigo abarca questões da área da educação, consideramos elencar alguns artigos de suma importância, por exemplo:

Na Seção I da Constituição Federal que trata da Educação no Art. 205, a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No Art. 207, as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão. No Art. 209, o ensino é livre à iniciativa privada atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II - autorização e avaliação de qualidade pelo poder público até se chegar a aprovação da LDB em 1996, que normaliza as atividades da educação mas que em sua íntegra existem deficiências e projetos de lei foram apresentados para alterar os seus dispositivos. (BRASIL, 2007)

Nota-se a clareza das normas da Constituição com respeito à Educação, por outro lado a Lei de Diretrizes e Bases da Educação está sempre em busca de acompanhar os acontecimentos da sociedade em sua abrangência, adequando-se, alterando, rejeitando, suprimindo dispositivos, por exemplo:

Entre os anos 1997 e 2007 foram apresentados projetos de lei com vistas a acrescentar, suprimir ou alterar dispositivos da Lei 9.394/1996. Alguns foram rejeitados ou arquivados. Os projetos aprovados dizem respeito a ajustes, correções e aperfeiçoamentos solicitados pelo Poder Legislativo ou ainda demandados pelo Poder Executivo. [...] (SIMÃO FILHO; LEHFELD, 2011, p.157)

Como os autores descreveram, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é abrangente. Foram anos de muito debate para que tivesse efetividade e eficácia. Conforme esses mesmos autores na realidade, concretamente, enquanto

formulações universais, os princípios teóricos contidos na lei não conseguem ser efetivados. Reclama-se por outra reforma para a educação brasileira.

Simão Filho e Lehfeld (2011), quando analisam de forma reflexiva sobre os objetivos propostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes (Brasil), que em suas premissas de avaliação contempla três componentes principais que são: a avaliação das instituições de ensino superior, dos cursos e do desempenho dos estudantes, seja na entidade pública ou privada e relacionando a educação superior no que tange ao quesito de qualidade expõem que:

O ideal constitucional da qualidade no ensino universitário brasileiro relaciona-se também com a regra da eficiência, e as instituições públicas ou privadas de ensino que optarem por explorar este segmento da educação, não devem se distanciar dos pilares, que são a qualidade e a eficiência. A busca da qualidade na educação, de modo a gerar eficiência e resultado ao País, faz parte também das premissas estabelecidas pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que agrega em seu espírito não só os governos de mais de 160 países, como também a iniciativa privada e a sociedade civil. (SIMÃO FILHO; LEHFELD, 2011, p.166-167).

Nos estudos sobre a expansão da educação superior no Brasil percebe-se que,

O processo de expansão e privatização da educação superior no Brasil foi acelerado, questão esta com o favorecimento por legislação específica no governo de Fernando Henrique Cardoso. O ensino já era livre à iniciativa privada desde a Constituição de 1988, desde que respeitados as normas gerais da educação, com autorização e avaliação do poder público (conforme art. 209). E completa que são “consideradas privadas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Distinguem-se pela finalidade de serem com ou sem a finalidade de lucro. As ditas com finalidade de lucro são as particulares no sentido estrito, as sem fins lucrativos são as comunitárias, confessionais ou filantrópicas”. (BARREYRO, 2012, p. 21)

Embora não se tenha abordado detalhes sobre as finalidades das instituições citadas, mas recomenda-se o texto para aprofundamentos posteriores.

Conforme os autores as instituições privadas com ou sem fins lucrativos, fazem parte do sistema federal de educação superior e sua importância na educação superior do País é um fato histórico. A opção de escolher a instituição se pública ou privada depende de cada cidadão, seja pelo curso ofertado ou pelo curso por ele escolhido ou até pela localização geográfica. Se a questão for financeira, as opções já foram citadas acima e basta para isso buscar os recursos que mais lhes

couberem, pois elas foram criadas para mais estudantes entrarem nas universidades e principalmente para diminuir as vagas ociosas.

Observou-se nos resultados de estudos da APIESP. Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público que o Paraná é um dos Estados menos privilegiado em termos de ensino superior público. Contava, em 2002, com duas universidades federais, sete municipais, seis estaduais e oitenta particulares. Hoje, os números apresentados conforme a página do e-MEC são sete estaduais, quatro federais, duas municipais e cento e noventa e quatro particulares, considerando os Centros Universitários, Faculdades, Institutos superiores e Universidades.

2 A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA

A biblioteca se insere na universidade como elemento de apoio as unidades universitárias e demais órgãos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É responsável pelo registro, armazenamento e disseminador da produção acadêmica em suas múltiplas formas. Para seu bom funcionamento, a biblioteca deve ser dotada de recursos informacionais, infraestrutura, serviços adequados bem como conforme relatou Oliveira (2010, p. 46), “de pessoal técnico suficiente, em quantidade e qualidade para cumprir os objetivos e a missão da biblioteca”

3 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E A COMPETÊNCIA DOS BIBLIOTECÁRIOS

Não tem como pensar em bibliotecas na atualidade sem os recursos das tecnologias da informação para a execução de suas atividades. Tendo em vista a implantação das TI em bibliotecas, a preocupação posterior é a preparação do pessoal para o uso dessas novas tecnologias. Para que possa ser usada eficazmente e alcance resultados esperados, as empresas precisam desenvolver estratégias para o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades e atividades (competências) que deem suporte à equipe para o uso dessas ferramentas. Segundo Brito (1996) *apud* (SIKORSKI; ROSA, 2010, p. 73) “Tecnologia da informação é o complexo tecnológico que envolve computadores, software, redes de comunicação, rede digital de serviços, tecnologias da telecomunicação, protocolos de transmissão de dados, etc.”

As competências citadas acima não se reduzem ao saber, mas, na capacidade de aplicar os conhecimentos e capacidades adquiridos na vida profissional, em prática, no dia a dia da biblioteca. Descrever, armazenar, selecionar e produzir informação para o usuário, além do apoio à parte administrativa da unidade de informação são tarefas inerentes ao bibliotecário competitivo e em busca de inovação e,

A competitividade e inovação constituem-se na necessidade das organizações alcançarem o desenvolvimento econômico e organizacional, esses fatores também estão aliados ao uso da tecnologia da informação que contribui para as melhorias dos processos e atualizações dos serviços. Isso acaba gerando a necessidade de aprendizado contínuo devido às constantes mudanças e inovações. (ALVES, 2010, p. 36).

Nesse ponto concorda-se com o autor acima citado. No âmbito das universidades este deve ser o pensamento dos gestores das bibliotecas, os quais deverão buscar apoio junto ao setor responsável pela capacitação de recursos humanos da instituição.

4 DA APRENDIZAGEM EM BIBLIOTECAS

Esta questão atinge diretamente as pessoas envolvidas nas atividades da biblioteca, desde o atendimento de balcão, do serviço de circulação e referência até a alta administração. Todos devem estar dispostos a aprender constantemente, devem ter uma visão ampla do funcionamento da biblioteca e buscar conhecer o acervo existente bem como os recursos externos que completarão as informações necessárias para resolver problemas do usuário. Na sociedade do conhecimento, a biblioteca deve estar preparada para mudanças, ser proativa no apoio ao processo educacional.

Aprendizagem organizacional, segundo Marras (2000, p. 315), "ocorre o aprimoramento de questões que dizem respeito à vida da própria empresa, sua composição, sua estrutura, seu desenvolvimento, seus pontos fortes e fracos, seu presente e seu futuro." O autor afirma ainda que "É uma tendência das organizações modernas instalar centros de desenvolvimento e atualização constante dos membros da empresa em assuntos internos e externos".

Nesse quesito, desenvolvimento e atualização constante, percebe-se a importância das pessoas buscarem o aperfeiçoamento, treinarem suas habilidades e as colocarem em prática. Pode-se complementar este tópico com Chiavenato (1994, p. 434) que diz:

Aprendizagem é uma mudança no comportamento baseada em experiência. Ela não inclui maturação nem mudanças comportamentais devidas a fadiga, drogas ou doença. A aprendizagem é um fator fundamental do comportamento humano, pois afeta poderosamente não somente a maneira pela qual as pessoas pensam, sentem e agem, mas também suas crenças, valores e objetivos.

Considerando as bibliotecas, a motivação e interesse de aprender é um requisito muito importante, haja vista que sua equipe é composta de funcionários efetivos e estagiários e estes últimos são de caráter temporários e a cada ano são trocados, isto requer atividade constante em treiná-las para colaborarem nas rotinas das bibliotecas. Os funcionários efetivos por sua vez, devem estar sempre se reciclando, considerando suas especificidades, atribuições, sua função, cargo ou responsabilidade. Exemplifica-se a questão quando do uso dos meios computacionais para facilitar as rotinas de trabalho, isto requer atualizações constantes de versões no sistema, sendo necessário proteger arquivos, as bases, documentos importantes para a empresa entre outras questões inumeráveis, portanto, sempre haverá algo novo até mesmo para os especialistas da área de informática.

5 GESTÃO DE PESSOAS EM BIBLIOTECAS

Como o funcionamento da biblioteca requer planejamento, organização e atribuições relacionadas aos recursos humanos, podemos afirmar que o bibliotecário seja ele gerente, coordenador ou diretor da biblioteca torna-se por atribuição o responsável para que a biblioteca atinja os objetivos e metas organizacionais e para estar apta a atender a sua comunidade, o usuário que a frequenta.

É ele quem irá gerenciar os recursos humanos. Os autores Mariga *et al* (2012) falam em capital humano os quais são as pessoas que compõem a sua equipe, estes quando lideram espera-se que sejam um líder competente, além de saber transmitir os seus conhecimentos, deve saber motivar a sua equipe com a finalidade de trazer inovações às atividades desenvolvidas.

O gestor da biblioteca deve saber resolver problemas.

Para resolver problemas e tomar decisões temos os papéis de decisão, que segundo Maximiano (2000) são denominados de *entrepreneur* (que significa empreendedor, ele planeja a maior parte das mudanças controladas para a melhoria e aproveitamento de novos negócios); controlador de distúrbios (o gerente tenta controlar situações imprevistas como crises e conflitos); administrador de recursos (consiste em administrar o próprio tempo, programar o trabalho dos outros, e autorizar decisões tomadas por terceiros); negociador (o gerente representa a sua organização. (ALVES, 2010, p. 38).

O correto gerenciamento do conhecimento contido na instituição, tanto pública quanto privada é muito importante. Deve-se analisar qual é o grau de importância da biblioteca na hierarquia ou organograma da instituição, haja vista que em muitas instituições, a biblioteca não passa de um depósito de livros sem ninguém para organizá-la. As pessoas dentro de muitas bibliotecas não são reconhecidas pelo seu trabalho, são subjugadas e isto lamentavelmente poderá refletir no resultado final. Mariga *et al* 2012) no artigo sobre a gestão do conhecimento e do capital humano na reitoria da UNIOESTE declaram:

Percebem-se nas organizações universitárias gestores que desconhecem o capital humano de suas instituições. Gestores com esse perfil fazem com que a universidade perca, ou seja, os servidores sentem-se desmotivados e desinteressados administrativamente, uma vez que, na maioria dos casos, precisam ensinar e fazer o trabalho pelos docentes em cargos administrativos.

Aqui os autores relatam a questão de docentes ocuparem as funções que podem ser exercidas por técnicos administrativos e não estarem desenvolvendo de forma integral a sua função que é a de ensinar, repassar o seu conhecimento.

Gerenciar a biblioteca no que tange as tarefas administrativas ou técnicas e atender bem as necessidades dos usuários é salutar, poderá refletir de forma positiva no desempenho de todos que trabalham naquele ambiente, nas pessoas que a frequentam e como consequência nos resultados avaliativos oficiais da comunidade acadêmica.

6 CONCLUSÃO

Conclui-se que para um efetivo desenvolvimento das atribuições do bibliotecário e sua equipe, é importante o uso dos recursos da tecnologia da informação para a realização das rotinas biblioteconômicas, auxiliando os profissionais na busca das informações necessárias e que atendam as demandas dos usuários da biblioteca. Quanto à gestão das pessoas:

Tratar bem as pessoas ou os colaboradores é fundamental para a consecução da efetividade e do sucesso organizacional. Tratar bem, requer liderança visionária e gerentes preparados e competentes. Requer também políticas que motivem as pessoas a darem o melhor de si em suas funções. (LAWER III, 2003 *apud* DEMO, 2008, p. 49).

Ainda,

As pessoas formam o capital humano de uma organização que pode ser definido como atualização e especialização dos funcionários, inovação, atitudes, posição hierárquica, rotatividade, experiência profissional e aprendizado individual, ou seja, a soma do conhecimento de todos os que fazem parte de uma organização. (STUART, 1998) *apud* (MARIGA et al, 2012, p. 85)

Nas universidades seja ela pública ou privada, o capital humano é constituído de docentes e servidores. Os docentes possuem função própria que está ligada ao ensino, pesquisa e extensão. Aos servidores técnico-administrativos ou agentes universitários cabe o gerenciamento afeto à parte administrativa e a parte física da instituição.

Descreve-se que o profissional enquanto gestor nas bibliotecas, está inserido no contexto da universidade e deve saber resolver problemas. Os problemas dos usuários de biblioteca estão relacionados desde a localização da informação que procura, dos recursos disponíveis no recinto da biblioteca, nas bases de dados digitais, como por exemplo como acessar os periódicos da CAPES, referência bibliográfica além dos problemas administrativos da biblioteca propriamente ditos que envolvem desde a equipe de funcionários, horários de funcionamento da biblioteca, aquisição da bibliografia para compor o acervo, entre outros.

Com respeito a qualidade e eficiência das universidades como foi mencionado anteriormente cabe aos órgãos oficiais e um deles merece destaque que é a avaliação feita pelo SINAES, que avalia as instituições, os cursos e o desempenho

dos alunos. Verificou-se que quanto a estrutura um dos pontos mencionados refere-se a biblioteca e existe uma série de critérios a serem seguidos.

Afirmam Simão Filho e Lehfeld (2011, p. 166), “se as instituições públicas ou privadas optarem por explorarem o segmento da educação, não devem se distanciar desses dois pilares que são a qualidade e eficiência.”

O texto acima descrito refere-se ao consumidor da educação, especificamente da área jurídica mas, é o que se espera de todas as áreas da educação quando o assunto é tecnologia. Na visão dos autores, “A melhoria da qualidade de ensino em ambiente de sociedade da informação passa pelo bom uso das ferramentas tecnológicas que podem proporcionar e auxiliar na construção da educação de qualidade”.

Concluindo o proposto deste artigo quanto a mediação, respeitando os limites de cada biblioteca, verifica-se que deve-se conhecer e aplicar as tecnologias que melhor resolução apresenta ao tipo de biblioteca para facilitar a execução das tarefas a elas peculiares. Segundo Silveira, (2012.)

As bibliotecas atuais e do futuro devem ser compostas de materiais reais e virtuais, ou seja impressas ou online, possibilitando formas diversificadas de acesso ao conjunto de seus recursos informacionais. O ponto básico a ser considerado pelos bibliotecários não deve ser a tecnologia por ela mesma, mas as possibilidades de intermediar acesso à informação de forma mais ágil, eficiente e eficaz e atender as necessidades das pessoas. Sua missão deverá centrar na utilidade social de seu trabalho, isto é, na contribuição que puder dar, enquanto agente mediador entre a necessidade dos que buscam ou dos que esperam que a biblioteca possa atendê-los, interferindo positivamente no processo de crescimento, de desenvolvimento de seres humanos.

O tema sobre universidade não se esgota. Fala-se em pós-universidade e no enredo da universidade sem endereço, sem propriedade, conclama para mudanças na situação das bibliotecas universitárias e nesse contexto os mediadores da informação, os recursos humanos ou capital humano serão de importância fundamental.

REFERÊNCIAS

AKKARI, Abdeljalil *et al.* Construção histórica de um sistema dual de ensino e indefinição de fronteiras das redes pública e privada no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.11, n.33, p. 471-496, maio/ago.2011.

ALVES, Roberta Caroline Vesú. **A gestão de pessoas em unidades de informação** a importância da capacitação no uso das tecnologias. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/view/79/81>>. Acesso em: 20 de agosto de 2010.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília. Disponível em: <bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/.../e.../Relatosdepesquisa37.pdf> Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2007. 462p.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DEMO, Gisela. **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: papel e valores pessoais e de justiça organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 179p.

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR e Cursos Cadastrados. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2014.

FIGUEIREDO, Erika Suruagy A. de. **Reforma do ensino superior no Brasil**: um olhar a partir da história. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/C-reforma.html Acesso em: 13 de fevereiro de 2012.

MARIGA, Jandira Turatto *et al* **O uso do marco lógico na gestão do conhecimento e do capital humano na reitoria da UNIOESTE**. Disponível em: <www.escoladegoverno.pr.gov.br/.../o_uso_do_marco_logico.pdf> Acesso em: 16 de fevereiro de 2011.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de recursos humanos**: do operacional ao estratégico. 12. ed. São Paulo: Futura, 2000. 332 p.

OLIVEIRA, Leila Rabello de. **Biblioteca universitária**: uma análise sobre os padrões de qualidade atribuídos pelo Ministério da Educação no contexto brasileiro. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde.../processaarquivo.php?>> Acesso em: 20 de agosto de 2010.

PRIORI, Ângelo. **Universidade e desenvolvimento regional**. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/077/77priori.htm>> Acesso em: 19 de novembro de 2010.

SIKORSKI, Ângela Santos; ROSA, Suzana Tolfo da. **Competências demandadas dos bibliotecários frente às novas tecnologias de informação em bibliotecas universitárias**. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/147/14702106.pdf>> Acesso em: 20 de agosto de 2010.

SILVEIRA, Júlia Gonçalves da. **Gerenciando bibliotecas universitárias na era da Internet**: disponibilização de informações e comunicação interativa com usuários, concretizada no site da Biblioteca da Escola de Biblioteconomia da UFMG. Disponível em: <www.geocities.ws/biblioestudantes/128.doc5>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2012.

SIMÃO FILHO, Adalberto; LEHFELD, Lucas de Souza; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. O direito constitucional à educação superior de qualidade. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo: v.74, p.132-183, jan./mar.2011.

Artigo recebido em: Agosto/2014

Aceito em: Dezembro/2014